

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

(254447) INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E CALIBRAÇÃO PARA INSTRUMENTOS DE FABRICAÇÃO COVIDIEN MEDITRONIC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/02/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[NÃO]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DO TERMO DE CONTRATO	14
10. DOS RECURSOS	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF

Página 2 | 19



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

(Processo Administrativo nº 25384.001190/2025-11)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio do **INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA**, sediado na Av. Rui Barbosa, 716 Bairro: Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva, teste de segurança elétrica e calibração para instrumentos de fabricação COVIDIEN MEDITRONIC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF

- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*
- 3.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*
- 3.3. A justificativa para o orçamento sigiloso é evitar que as propostas dos licitantes gravitem em torno do valor estimado pela administração, incentivando assim a apresentação de propostas mais competitivas e realistas. Isso é especialmente útil em certames com concorrência reduzida, onde o conhecimento prévio do orçamento pode influenciar negativamente as ofertas. Além disso, o sigilo do orçamento não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, garantindo a transparência e a fiscalização adequada do processo.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total do item;*

5.1.2 *marca;*

5.1.3 *fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 10,00 (Dez reais)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.18.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

6.19.2 empresas brasileiras;

6.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

6.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1 **[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**

7.7. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que compreve:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.15. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digitalizada.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **15** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **15** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **15** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF

Página 15 | 19



11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregao.iff@fiocruz.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-IFF

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Minuta do Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III – Modelo Proposta Pró - Forma;

13.11.4 Anexo IV – Portaria nº 185/2024 – COGEAD – FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026.

Processo nº 25384.001190/2025-11 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90002/2026-IFF

Página 19 | 19

MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ

Termo de Referência 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

23/2026

Status

ASSINADO

Editado por

254447-MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ

Atualizado em

DINAH ROMANO BERNARDES 01/02/2026 15:18 (v 0.4)

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25384.001190/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25384.000074/2026-57)

TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.1 Contratação de empresa especializada e autorizada pelo fabricante para execução de prestações de manutenção preventiva, teste de segurança elétrica, calibração e manutenção corretiva em **10 (dez)** bisturis eletrônicos de fabricação COVIDIEN MEDTRONIC, pertencentes ao Instituto Fernandes Figueira. A contratação se dará nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 O objeto a ser contratado está detalhado nas tabelas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSER	UNIDADE	MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva e Calibração	16055	mês		12 meses	SIGILOSO	SIGILOSO

1.3 Detalhamento das características dos equipamentos, objeto desta contratação

Item	CAD	Equipamento	Modelo	Nº Série	Patrimônio	Localização
01	01980	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83553DX	42655019	C.C. Pediátrico
02	01981	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83559DX	42655020	C.C. Pediátrico
03	01982	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83601DX	42655021	C.C. Pediátrico
04	01983	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83553DX	42655019	C.C. Pediátrico
05	01864	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T2J57815DX	42654037	C. C. Ginecológico

06	01865	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T2J57817DX	42654038	C. C. Ginecológico
07	01984	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83638DX	42655023	C. C. Ginecológico
08	01977	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83535DX	42655016	C. C. Obstétrico
09	01978	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83534DX	42655017	C. C. Obstétrico
10	01979	Bisturi Eletrônico	Valleylab F10	T4J83635DX	42655018	C. C. Obstétrico

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, de acordo com os pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como *continuado* tendo-se em vista que a prestação necessariamente deve ser contínua e renovável, sendo a vigência plurianual mais vantajosa devido à dificuldade de realização de diversos processos para contratação sempre que demandado tal serviço. Além disso, a continuidade da contratação através de sua renovação periódica reduz o risco durante procedimentos que envolvem vidas humanas - caso tais equipamentos não tenham seus processos de manutenção, testes de segurança elétrica e calibração mantidos conforme a frequência ideal estabelecida pelo fabricante e em conformidade com as Normas vigentes.

Prazo de vigência

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa prover o IFF da infraestrutura necessária à consecução de sua missão institucional no que se refere à assistência qualificada e responsável no âmbito da saúde da mulher, da criança e do adolescente. Bisturis elétricos integram essa infraestrutura, sendo utilizados para que se faça incisões na pele, nos músculos e nos órgãos do paciente durante procedimentos cirúrgicos de diversas especialidades médicas. Deve-se assegurar, portanto, a eficiência necessária na prevenção de defeitos e/ou na recuperação do funcionamento desses equipamentos, de tal forma que não se sobrevenham riscos ao paciente em consequência de defeito ou falha nos mesmos.

2.2 Esta contratação objetiva, portanto, a prestação de serviços de Manutenção Preventiva, Teste de Segurança Elétrica, Manutenção Corretiva e Calibração para o parque de **10 (dez)** bisturis elétricos de fabricação Covidien Medtronic, distribuídos entre o Centro Cirúrgico Obstétrico, Centro Cirúrgico Ginecológico e Centro Cirúrgico Pediátrico desta Instituição, conforme demonstrado na tabela do subitem 1.2 deste documento.

2.3 A contratação dos serviços que se constituem no objeto deste documento será a única maneira de executá-los, já que a equipe de técnicos do Serviço de Engenharia Clínica do IFF não possui o treinamento, o acesso à peças e o ferramental necessários para a prestação.

2.4 A contratação oferecerá as seguintes vantagens à esta Instituição:

- **Segurança e Qualidade da prestação:** a prestação realizada por equipe técnica devidamente qualificada diminui o risco de não obediência aos rigorosos padrões técnicos exigidos para equipamentos utilizados em

incisões cirúrgicas, diminuindo-se assim o risco de falha na funcionalidade dos mesmos e nos procedimentos a eles correlatos

- **Conforto e segurança** para os Profissionais da Saúde e para os pacientes para os quais a confiabilidade dos meios técnicos aplicáveis é essencial para minimizar riscos à saúde, melhorando a reputação da Instituição e a experiência do atendimento.
- **Preservação dos equipamentos** objetos desta contratação, o qual integram o patrimônio material do IFF.
- **Garantia da Funcionalidade e da Segurança:** equipamento mantido e submetido aos procedimentos objeto desta contratação que estejam assegurados pelas Normas técnicas aplicáveis e pelo fabricante está melhor assegurado contra falhas e desconformidades.
- **Conformidade com as Normas de Saúde:** com essa contratação cumpre-se as exigências legais e regulamentares, o que protege a Instituição de possíveis processos judiciais e penalizações.
- **Maior Durabilidade e Eficiência:** o cumprimento das prestações preventivas sob regularidade prolonga a vida útil do equipamento, garantindo que ele funcione corretamente por mais tempo, reduzindo custos implicados em manutenção corretiva e em substituição de seus componentes.

2.5 Esta contratação se encontra em consonância com o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vendendo-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Desta forma, esta contratação obedecerá à todas as condições expressas no Art. 48 da Lei 14.133, de 2021.

2.7 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000014/2025
- Data de publicação no PNCP: 09/05/2024
- Id do item no PCA: 03
- Classe / Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS
- Identificador da futura contratação: 254447-61/2025
- 2.5.1 Programa: 1201 – Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.
- 2.5.2 Classe: INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS
- 2.5.3 Grupo: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Bisturi elétrico é um equipamento invasivo que se enquadra na Classe III - Alto Risco pela classificação ANVISA, pois envolve a manipulação de corrente elétrica de alta frequência e alta potência para que seja possível se realizar cortes, coagulações e cauterizações. Desta forma, bisturis elétricos são potencialmente perigosos se não forem manuseados e mantidos corretamente.

3.2 A prestação de serviço objeto desta contratação para este tipo de equipamento envolve capacitação técnica da Contratada e tendo-se em vista que o fabricante COVIDIEN MEDTRONIC não disponibiliza o recurso de capacitação na condição de *exclusividade* para empresa prestadora destes serviços, exige-se para esta contratação o atendimento da condição de **autorização** para prestação de serviços concedida pelo referido fabricante. Com essa exigência garante-se a melhor aplicação da técnica no exercício das atividades, além do pleno acesso às peças e às atualizações de software eventualmente desenvolvidas pelo fabricante.

3.3 Logo, em atendimento ao preconizado no documento RDC 685 da ANVISA, a solução como um todo que oferece segurança na contratação *restringe-se à empresa autorizada pelo fabricante* para o exercício das atividades envolvidas no objeto, quais sejam:

3.3.1 Execução periódica das atividades de **Manutenção Preventiva** que têm por objetivo reduzir o número de interrupções do funcionamento dos equipamentos, assim como aumentar a vida útil dos mesmos evitando-se prejuízos com a necessidade precoce de substituição.

3.3.2 Execução periódica do **Teste de Segurança Elétrica (TSE)** que é um procedimento que verifica se equipamentos elétricos e eletrônicos estão na condição de segurança para utilização. O objetivo é garantir que os equipamentos não causem choques elétricos, incêndios ou aquecimento excessivo. O TSE é realizado em equipamentos eletroeletrônicos que têm fonte de alimentação ou que são energizados diretamente pela rede elétrica e pode incluir: verificação da resistência de aterramento, identificação da corrente de fuga, verificação da resistência de isolamento e verificação funcional. Em resumo, o TSE é importante porque:

- Minimiza o risco de ferimentos ou danos à pessoas e ao espaço físico;
- Garante o cumprimento de normas e regulamentações;
- Assegura a correta funcionalidade dos equipamentos;
- Protege a saúde dos profissionais e dos pacientes submetidos a procedimentos que se utilizam deste tipo de equipamento.

3.3.3 Execução periódica da **Calibração**, que é um estudo comparativo dentre os valores de grandezas físicas do equipamento a ser certificado e um instrumento de medição que possui o padrão rastreável, simulando a leitura dos parâmetros sob condições determinadas. Para realizar a calibração de equipamentos hospitalares, é preciso colocar lado a lado os valores da Unidade Sob Teste com os valores que foram gerados pela Unidade de Medição Padrão, determinando se as medidas encontradas estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo fabricante e pelos órgãos reguladores. Após essa análise minuciosa, deve ser gerado um Certificado de Calibração, garantindo que as medidas fornecidas possuem tolerância dentro dos limites estabelecidos para o seu correto funcionamento.

3.3.4 Execução dos procedimentos de **Manutenção Corretiva** que se fizerem necessários, diminuindo-se o tempo de indisponibilidade dos equipamentos eventualmente afetados. É uma forma de manutenção reativa, onde o objetivo principal é restaurar o funcionamento normal do equipamento afetado minimizando o tempo de inatividade.

3.3.4.1 A manutenção corretiva deverá ser executada sempre que solicitada, inexistindo limites para o número de solicitações.

3.3.4.2 Após cada corretiva executado no equipamento, fica a Contratada *integralmente responsável* por avaliar e executar se necessário, conforme resultado dessa avaliação técnica no equipamento mantido, a *reaplicação dos procedimentos do teste de segurança elétrica e de nova calibração* visando a plena segurança e a confiabilidade durante uso do equipamento mantido.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Sustentabilidade:

4.1 Em benefício da sustentabilidade, a execução da prestação a ser contratada proverá:

4.1.1 A redução do consumo de energia posto que instrumentos eletrônicos em más condições de funcionamento podem consumir mais energia do que o necessário;

4.1.2 O aumento da vida útil dos instrumentos, reduzindo a necessidade de descarte;

4.1.3 A economia de recursos naturais com a redução das perdas de matérias primas dos instrumentos e/ou de seus componentes causada pela sequencia de agravamentos nos mecanismos devido à falta de manutenção..

4.2 Investir em um programa abrangente de manutenção, certificação, teste de segurança elétrica é fundamental para garantir a continuidade das operações. garantir a segurança dos procedimentos incisivos e para minimizar o impacto negativo no meio ambiente gerado por instrumentos ou por equipamentos disfuncionantes através dos seguintes efeitos:

4.2.1 O aumento da vida útil dos equipamentos contribui com a prática sustentável ao se reduzir o nível de descarte de peças e componentes envolvidos, ou do próprio instrumento em si.

4.2.2 Redução do consumo excessivo de energia pois instrumentos em más condições de funcionamento podem consumir mais energia do que o necessário.

4.2.3 Prevenção de falhas nos procedimentos de incisão, o que poderia gerar danos especialmente ao paciente o que se implicaria em volume de materiais consumidos para tratamento das consequências geradas.

4.2.4 A economia de recursos naturais com a redução das perdas de matérias primas dos equipamentos e/ou de seus componentes, causado pela sequencia de agravamentos nos mecanismos devido à falta de manutenção.

4.3 Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

4.4 Durante a prestação de serviços, priorizar a adoção de produtos reciclados e recicláveis, no que couber, e considerar os critérios compatíveis com os padrões de consumo sustentáveis, conforme a Lei 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.4.1 A Contratada deverá realizar a pré-separação dos resíduos recicláveis descartados durante a execução dos serviços no IFF, devendo responsabilizar-se pelo correto acondicionamento das embalagens, volumes ou qualquer material residual gerado quando na entrega de peças / componentes ou quando na execução do serviço.

4.4.2 Deverá a Contratada atentar-se ao propósito da máxima redução de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.4.3 Os materiais fornecidos pela Contratada devem estar acondicionados em embalagens individuais adequadas e com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis e que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, para evitar danos e descartes necessários de materiais.

4.5 Para a limpeza e conservação de superfícies dos equipamentos envolvidos no escopo desta contratação, a Contratada deverá utilizar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

4.6 Deverá a Contratada prover a maior eficiência possível na utilização de recursos naturais, tais como água e energia, mantendo critérios privilegiados para a aquisição de produtos e equipamentos de trabalho que apresentem eficiência energética. .

4.7 Para os equipamentos utilizados na prestação de serviços que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade do Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (dB), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07/12/1994, devido ao fato do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição, gerando-se ainda outros transtornos de gravidade em um ambiente hospitalar. Desta forma, a Contratada deve comprometer-se com o uso de tecnologias adequadas e conhecidas, no objetivo de reduzir-se ao máximo os níveis de ruído gerados durante a prestação.

4.8 O objeto da contratação encontra-se sob alinhamento junto ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Oswaldo Cruz (ano de publicação: 2021).

4.9 A constatação da correta aplicação dos requisitos de sustentabilidade será efetuada pelo Técnico da Engenharia Clínica que acompanhará a execução da prestação, quando esta ocorrer nas dependências desta Instituição.

Subcontratação:

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de contratação de serviço especializado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo, portanto, necessidade de garantia para pagamento eventual de salários dos funcionários ou complementos de indenizações trabalhistas.

Vistoria:

4.12 A vistoria para conhecimento do objeto é considerada *facultativa*, conforme opção da futura Contratada, pelo fato da mesma já prestar serviços de manutenção nesta Instituição. Caso opte pela visita, esta deve ser previamente agendada com antecedência de pelo menos 02 (dois) dias úteis junto ao Setor de Engenharia Clínica do IFF através do telefone (21) 2554.1797, (21) 2554.1940 ou através do email engeclinica.iff@fiocruz, devendo ocorrer entre os dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 16h00

4.13 Na ocasião da vistoria deverá o representante legal da empresa estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e crachá ou outro comprovante expedido pela empresa relativo ao seu elo profissional junto a mesma. A visita deverá ser acompanhada por um técnico designado pelo Setor de Engenharia Clínica do IFF.

4.14. Caso a Contratada opte pela não realização da vistoria, deverá apresentar declaração formal impressa ou via email de que possui total conhecimento do objeto e de que assume a condição de plena funcionalidade de todo o parque de equipamentos contemplados no objeto da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento ou de questionamentos de quaisquer detalhes quanto a prestação dos serviços, ou de disfuncionalidade(s) de quaisquer dos equipamentos objeto da contratação antes do início da efetiva prestação de serviço. Portanto nesta situação deve a Contratada assumir o ônus de sua opção pela não efetivação da vistoria, não lhe cabendo alegação de desconhecimento das condições contratadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1. Início da execução do objeto:

5.1.1 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, considerando-se a partir daí a disponibilidade da Contratada para prestação de manutenção corretiva que seja requisitada pela Contratante.

5.1.2 Para as demais prestações objeto desta contratação, o início a ser considerado está estabelecido em 20 (vinte) dias úteis após assinatura do contrato.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. A prestação deve ser desenvolvida em rígida conformidade com padrões de qualidade e de segurança, de acordo com o manual dos equipamentos, com as Normas Técnicas e com as Portarias do Ministério da Saúde, vigentes e aplicáveis.

5.2.2. Nos termos do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021, durante toda a vigência do contrato não será permitido à Contratada integrar em seu corpo profissional empregado que se enquadre como cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais.

5.2.3. A prestação deve cumprir com pontualidade os prazos previstos nesta contratação ou junto ao Serviço de Engenharia Clínica do IFF.

5.2.4 A prestação não requer dedicação de mão de obra exclusiva. Visando fundamentar a escolha desta opção, analisamos as seguintes soluções de mercado que poderiam, em tese, atender aos requisitos especificados para esta contratação:

- a) Contratação dos serviços de manutenção mediante postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- b) Contratação dos serviços de manutenção por equipe não residente, sob programação pré-estabelecida e, também, sob demanda.

5.2.4.1 A opção da contratação mediante postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra apresenta as seguintes desvantagens:

- necessidade de um espaço físico específico para abrigar a equipe contratada residente - fato não cabível na estrutura física já plenamente ocupada nesta Instituição
- Significativo custo administrativo para gestão, fiscalização e principalmente aquisição e estocagem de peças

5.2.4.2 Desta forma, considerando-se um parque de apenas 10 (dez) equipamentos a serem contemplados com esta contratação, o emprego da condição mão de obra sem dedicação exclusiva se mostra mais vantajoso para a Administração uma vez que a Contratante não fica responsável pela fiscalização continuada, pela acomodação física da equipe contratada, e ainda pela gestão indireta do estoque de peças e instrumentais.

5.2.5. Implica-se na responsabilidade da Contratada o deslocamento de seus profissionais, uniformizados e munidos dos equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem pertinentes, e de todos os ferramentais e instrumentos necessários para atender às demandas da prestação.

5.2.6. Para atendimento da prestação, o(s) funcionário(s) da Contratada deve(m) apresentar-se, antes do início da intervenção e devidamente identificado(s), ao Serviço de Engenharia Clínica do Hospital ou, na indisponibilidade deste, ao Responsável do Setor onde se encontra(m) o(s) equipamento(s).

5.2.7. Toda prestação exercida pela Contratada deverá ser acompanhada por técnicos da Engenharia Clínica do IFF. Não serão aceitas prestações executadas sem o conhecimento da Engenharia Clínica do IFF.

5.2.8. A aferição dos serviços prestados será efetuada através da verificação dos documentos gerados relativos aos mesmos, e pela avaliação do técnico da Engenharia Clínica que tiver acompanhado a prestação.

5.2.9. Esta contratação obedecerá à todas as condições expressas no Art. 48 da Lei 14.133 de 2021.

5.2.10. Qualquer procedimento envolvido no objeto desta contratação deve ser executado com o equipamento completamente liberado pelos profissionais que fazem uso do mesmo.

Cronograma de realização dos serviços periódicos

5.2.11. A Contratada deverá enviar para o Serviço de Engenharia Clínica do IFF, através do email engeclinica.iff@fiocruz.br, um Cronograma onde será programado para cada equipamento, considerando-se o período dos próximos 12 (doze) meses, datas para execução das atividades descritas na tabela abaixo, conforme frequência estabelecida:

Atividade	Frequencia
Manutenção Preventiva.	Anual
Teste de Segurança Elétrica	Anual
Calibração	Anual

5.2.12. O cronograma deverá identificar cada equipamento e as datas previstas para as execuções de cada uma das prestações acima descritas, e deverá contemplar a primeira execução das atividades no mês de vigência ou de renovação do Contrato.

5.2.12.1 Caso a contratação seja iniciada ao final do mês, a prestação será iniciada na primeira quinzena do mês seguinte.

5.2.13. O cronograma abrangerá o período dos próximos 12 (doze) meses e deverá ser enviado para a aprovação do Setor de Engenharia Clínica do IFF através do email engeclinica.iff@fiocruz.br em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.2.14. Após a aprovação formal do cronograma pelo Setor de Engenharia Clínica, as rotinas de Manutenção Preventiva com Teste de Segurança Elétrica e Calibração deverão ser cumpridas nas datas estipuladas no cronograma, salvo motivação formal e aceita pela Engenharia Clínica do IFF.

5.2.14.1 A primeira calibração e teste de segurança elétrica deverá ser realizado conjuntamente com a primeira manutenção preventiva.

5.2.15. O cronograma deverá sofrer renovação anual enquanto durar o período da contratação.

5.2.16. Quanto aos prazos envolvidos na Manutenção Corretiva, estes possuem dinâmica própria conforme descrito nos subitens 5.4.6, 5.4.7 e 5.4.7.1 deste documento.

5.2.17. A prestação de serviço será realizada preferencialmente nas dependências do Setor Engenharia Clínica do IFF, porém poderá ser realizada nas dependências da Contratada.

5.2.18 Em caso de necessidade da prestação ser realizada externamente, a retirada de um ou mais bisturi afetado(s) terá que ser autorizada pelo Setor Engenharia Clínica e pela Administração do IFF.

5.2.18.1 A devolução do(s) equipamento(s) retirado(s) deverá ser sempre realizada em dia útil e dentro o horário 07h00-16h00, para que se proceda a autorização de entrada e o atesto do recebimento, incluindo-se a documentação pertinente ao serviço executado, devendo o Setor de Engenharia Clínica do IFF ser previamente comunicado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à entrega.

5.2.18.2 A Contratada será responsável pela plena preservação do(s) bisturi(s) em questão, o(s) qual(is) deverá(ão) estar devidamente embalado(s) e acondicionado(s) de forma segura para o transporte.

5.2.18.3 Em caso de avaria ou perda de qualquer equipamento contemplado nesta contratação e retirado (s) para manutenção externa, a Contratada se responsabilizará pelo fornecimento de um novo bisturi elétrico idêntico àquele que foi retirado, e sem quaisquer custos para a Contratante.

5.2.18.3.1 Neste caso, o prazo de fornecimento de um novo equipamento deverá ser feito em até 30 (trinta) dias úteis, salvo motivação formalizada pela contratante e aceita pela Contratante.

5.2.18.3.2 Toda e qualquer despesa (transporte, seguro. etc) relativa à remoção e à devolução destes itens serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.2.19. A cada visita técnica envolvida nessa prestação, a Contratada fornecerá à Engenharia Clínica do IFF um documento (Relatório, Certificado, Ordem de Serviço, Check-list - aplicável conforme a prestação realizada) onde, obrigatoriamente, deverá constar o descritivo e a data da execução do serviço prestado, as informações técnicas pertinentes, os dados de identificação do equipamento (tipo, modelo, TAG, número de série, número de patrimônio e localização) e as condições operacionais ao final da intervenção.

5.2.19.1 O documento deverá ser assinado pelo executor do serviço e, quando no caso de prestação de serviço realizada dentro dessa Instituição, também pelo técnico da Engenharia Clínica que tiver acompanhado a execução.

5.2.20. A Contratada comunicará formalmente via email dirigido à Engenharia Clínica (engeclinica.iff@fiocruz.br) a impossibilidade de execução de quaisquer solicitações do IFF para manutenções corretivas, ou da programação estabelecida para as demais prestações, justificando-a, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito)

horas após o chamado desta Instituição visando prestação de serviço corretivo ou em até 03 (três) dias úteis antes do prazo previamente programado para as demais prestações.

5.2.21. Esta justificativa poderá, ou não, ser aceita pela Engenharia Clínica.

5.2.21.1 Caso justificativa julgada aceitável, a Engenharia Clínica definirá junto à Contratada um novo prazo para definição dos serviços necessários.

5.2.21.2 Situações em que a justificativa para atraso é julgada aceitável:

- se o atraso for causado por fato que comprovadamente independa da intervenção da Contratada
- Se a Contratada colocar à disposição do IFF um equipamento equivalente em substituição ao equipamento afetado durante o período de sua inoperância. A equivalência deverá ser aprovada pelo responsável do setor em que o equipamento original se encontrar instalado.

5.2.22. Caso não aceite a argumentação da Contratada quanto ao descumprimento de prazo, obriga-se a mesma à efetivação da prestação nas mesmas condições impostas pelo Setor Responsável e/ou pelo Setor de Engenharia Clínica do IFF.

5.2.23. No caso de se manter descumprimento dos prazos, a Contratante descontará do total faturado mensalmente pela Contratada o valor proporcional aos dias em que ocorreu atraso relativo ao equipamento(s) afetado(s), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.2.24. A Contratada comunicará ao IFF, formalmente, o mau uso do instrumento por parte dos profissionais desta Instituição.

5.2.25. Na eventualidade de algum dos instrumentos cobertos pelo contrato não ser localizado para a realização da prestação ou estiver em processo de alienação, a Instituição poderá, durante o período em que se persistir os fatos impeditivos, descontar do total faturado mensalmente pela Contratada o valor referente à não execução da prestação ao(s) equipamento(s) em questão.

5.2.26. A Contratada se obriga a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços rejeitados pela fiscalização e/ou pela Engenharia Clínica do IFF ou pelo Responsável do Setor, em função de defeitos e/ou incorreções, resultantes da sua execução e/ou dos materiais empregados.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.3 A prestação de serviços deverá ser realizada em dia útil dentre segunda-feira a sexta-feira, no horário comercial das 08:00 às 17:00 horas no seguinte endereço:

- Instituto Fernandes Figueira - IFF
- Avenida Rui Barbosa, nº 716 - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ
- CEP: 22250-020

Rotinas a serem cumpridas:

5.4 Manutenção Corretiva

5.4.1 Objetiva identificar a causa da inoperância ou do funcionamento falho do instrumento, e o posterior procedimento para a recuperação de sua funcionalidade, envolvendo, ou não, substituição e/ou ajuste de peças / componentes.

5.4.2 A Contratada será responsável pela execução dos procedimentos de reparos corretivos que se façam necessários aos equipamentos objeto desta contratação, assim como pelo fornecimento de qualquer peça / componente que se façam necessários à recuperação funcional do equipamento.

5.4.3 Ressalte-se que após cada corretiva executado no equipamento, fica a Contratada *integralmente responsável* por avaliar e executar no equipamento mantido, conforme necessidade julgada pertinente ou não, a *reaplicação dos procedimentos de calibração e do teste de segurança elétrica*.

5.4.4 As manutenções corretivas serão realizadas sempre que solicitada pelo Setor de Engenharia Clínica ou, na indisponibilidade deste, pelo responsável do Setor onde se encontra(m) o(s) equipamento(s) bisturis elétricos.

5.4.5 A Contratada terá que fornecer no mínimo 01 (um) número de telefone fixo e 01 (um) endereço de email para a solicitação dos serviços de manutenção corretiva. Caso a Contratante não consiga contatar a Contratada após três chamadas telefônicas, será elaborado um pedido formalizado por email e o tempo de atendimento à solicitação passará a contar da emissão do mesmo à Contratada.

5.4.6 Após chamado do IFF, o prazo para atendimento técnico em equipamento com defeito a ser realizada pela Contratada é de até **72 (setenta e duas) horas**. Se os chamados foram realizados sexta-feira ou véspera de feriado, o atendimento passará a contar a partir do primeiro dia útil subsequente ao dia da chamada.

5.4.7 O prazo para a conclusão da manutenção corretiva no equipamento afetado é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do atendimento efetuado pela Contratada sob solicitação da Contratante..

5.4.7.1 Os prazos acima dispostos poderão ser estendidos, desde que a Contratada apresente, antes do vencimento dos mesmos, justificativa motivada e que seja aceita pelo Setor de Engenharia Clínica do IFF.

5.4.8 Caso os prazos previstos nos subitens acima não sejam cumpridos sem justificativa formal e aceita pela Engenharia Clínica, o IFF poderá descontar do total faturado mensalmente pela Contratada o valor proporcional aos dias em que o(s) equipamento(s) permaneceu(ram) inoperante(s) a contar da data da solicitação inicial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.4.9 Exclui-se da responsabilidade da Contratada a execução de manutenção corretiva oriundas das seguintes situações, desde que comprovadas:

- Comprovado mau uso ou uso indevido;
- incêndio no ambiente;
- picos de tensão da rede elétrica;
- Peças danificadas por uso inadvertido ou em desacordo com a manual de operação;
- Manutenção, com ou sem reposição de peças, realizada por pessoal ou serviço técnico não autorizado;

5.4.9.1 Em quaisquer dessas situações acima, caso solicitado pela Contratante obriga-se a Contratada a demonstrar e formalizar o fato à Engenharia Clínica do IFF que atestará, ou não, a sustentabilidade da argumentação apresentada.

5.5 Manutenção Preventiva

5.5.1 Manutenção preventiva é toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho do equipamentos / instrumentos. A manutenção preventiva aumenta a confiabilidade e leva o instrumento a operar sempre próximo das condições em que saiu de fábrica, além de que se prevenir danos mais severos aos mesmos.

5.5.2 Nas visitas pra manutenções preventivas inclui-se a substituição de peças que se apresentam sob risco de quebra, desgaste ou exaustão em decorrência do uso do equipamento em questão.

5.5.3 Ao final da manutenção preventiva, o bisturi elétrico deverá necessariamente ser submetido ao Teste de Segurança Elétrica e à Calibração.

5.5.4 Toda visita técnica para execução da manutenção preventiva será feita de segunda a sexta-feira, à exceção de dias em feriados, no horário comercial das 08h00 às 17h00. O Setor de Engenharia Clínica do IFF designará um técnico para acompanhamento.

5.5.5 Caso o(s) equipamento(s) esteja(m) impossibilitados para a sua inspeção, a manutenção preventiva será postergada uma única vez e a Contratada estará obrigada a realizar novo agendamento para realização dessa prestação, em comum acordo com o Setor de Engenharia Clínica.

5.5.6 Caso a manutenção preventiva não seja efetuada por culpa da Contratada, o IFF poderá descontar o valor proporcional referente à(s) prestação(ões) não executada(s) no período definido, podendo ainda ser aplicadas as sanções cabíveis.

5.5.7 Descrição das rotinas de manutenção preventiva:

5.5.7.1 As prestações de manutenção preventiva deverão contemplar minimamente as seguintes etapas:

- Inspeção visual completa, verificando toda a estrutura interna e externa do instrumento quanto a rachaduras, peças soltas ou outras falhas visíveis
- Verificar se há ruídos e vibrações anormais
- Atualização de software, quando aplicável.
- Verificar cabos, conexões e eletrodos para detecção de desgastes, danos ou corrosão.
- Limpar todas as superfícies externas do bisturi elétrico com produtos recomendados pelo fabricante para evitar a acumulação de resíduos que possam interferir no funcionamento.
- Garantir que os eletrodos e as placas de retorno estejam livres de detritos que possam comprometer a condutividade.
- Testar todas as funções operacionais do bisturi, incluindo cortes, coagulação e modos combinados.
- Avaliar os indicadores visuais e auditivos para garantir que estejam funcionando corretamente.
- Documentação:
- Registrar todos os resultados da manutenção em um documento apropriado tipo check-list ou similar que contenha todos os testes e verificações de preventiva efetuados para cada equipamento
- O documento deverá conter a data da prestação, o nome do técnico executante da Contratada e do técnico da Engenharia Clínica que tiver acompanhado o procedimento.

5.6 **Teste de Segurança elétrica (TSE)**

5.6.1 Execução periódica do Teste de Segurança Elétrica (TSE) que é um procedimento que verifica se equipamentos elétricos e eletrônicos estão na condição de segurança para utilização.

5.6.2 Descrição das rotinas do Teste de Segurança Elétrica:

5.6.2.1 As prestações do TSE deverão contemplar minimamente as seguintes etapas:

- Realizar testes de isolamento e continuidade para assegurar que não há riscos de choque elétrico para o paciente ou para o operador.
- Verificar o aterramento do equipamento.
- Documentação:
- Deverá ser emitido um certificado / relatório individual por bisturi com todos os dados verificados, data, nome do técnico executante da Contratada e do técnico da Engenharia Clínica que tiver acompanhado o procedimento,

5.7 **Calibração**

5.7.1 Execução periódica da **Calibração**, que é um estudo comparativo dentre os valores de grandezas físicas do equipamento a ser certificado e um instrumento de medição que possui o padrão rastreável, simulando a leitura dos parâmetros sob condições determinadas.

5.7.2 Descrição das rotinas de Calibração:

- O procedimento de calibração destes equipamentos devem seguir os preceitos das Normas Técnicas IEC 60601 e IEC 62353, e demais regulamentações aplicáveis.

Padrões de Referência:

- Utilizar dispositivos de medição calibrados e rastreáveis a padrões RBC para garantir precisão.

Procedimento de Calibração:

- Seguir as especificações do fabricante para ajustar os parâmetros do bisturi elétrico.
- Calibrar a saída de potência em diferentes níveis de intensidade para verificar a precisão dos ajustes.
- Ajustar as leituras de voltagem e corrente conforme necessário para assegurar que o equipamento opere dentro dos limites estabelecidos.

- Documentação:

- O Relatório de Calibração deverá ser elaborado para cada bisturi elétrico, e deverá registrar todos os resultados da calibração, incluindo data, valores medidos e ajustes feitos.

Materiais a serem disponibilizados

5.8 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar e se utilizar dos materiais, equipamentos, e ferramentas necessários, promovendo sua substituição quando necessário

5.9 A contratação prevê a reposição de peças, inclusas todas as despesas relacionadas, que sejam necessárias para o reestabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.10 Todas as peças e/ou componentes a serem substituídos pela Contratada deverão ser novas e originais.

5.10.1 Fica a Contratada obrigada a comunicar ao IFF sua intenção de empregar peças e/ou componentes compatíveis, isto é: peças e/ou componentes que podem substituir os originais sem nenhuma restrição funcional, seja ela de natureza elétrica ou mecânica. situação deverá ser prévia e obrigatoriamente informada pela Contratante à Contratada, que poderá solicitar documento de atesto da compatibilidade, originário do fabricante do equipamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11 A prestação deve ser desenvolvida em rígida conformidade com padrões de qualidade e de segurança, de acordo com o manual do respectivo equipamento, as Normas Técnicas e as Portarias do Ministério da Saúde, vigentes e aplicáveis.

5.12 Fica a Contratada responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Contratante (Art. 120 da Lei 14.133, de 2021)

5.13 A Contratada deverá fornecer ao(s) seu(s) funcionário(s) uniformes apropriados, ferramentas e todos os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a prestação.

5.14 Todas as ferramentas e instrumentos usados na prestação devem estar em estado de conformidade, e os instrumentos de medição utilizados devem estar com a calibração atualizada.

Especificação da Garantia dos serviços:

5.15 Os serviços prestados deverão ter a garantia de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua execução, conforme estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.15.1 Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução do serviço objeto desta Contratação sempre que houver solicitação e sem ônus para a Contratante.

5.15.2 Caso seja verificada a necessidade de reparos para correção de serviços mal executados, a Contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para saná-los, após notificação - salvo motivação formalizada pela Contratada e aceita pela Contratante.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.16 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução da prestação.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Para a presente Contratação não será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo os critérios para avaliação dos serviços terem por referência a metodologia clássica já utilizada por esta Instituição, a qual não adota o IMR pela dificuldade de se estabelecer, nas variadas contratações, seus respectivos índices avaliadores (ou seja, sem ensejar dupla interpretação por avaliador) individualizados por prestação. Sequer existe um sistema de base científica para avaliar prestações de serviço sob um parâmetro *preciso e generalizado*, e criar-se IMR para cada prestação de serviço, de acordo com suas particularidades próprias, é inviável a esta Instituição pelo número de servidores e colaboradores disponibilizados para elaboração de processos de contratação e de aquisição.

7.2 Assim, esta Instituição avalia, por regra, cada prestação exercida com base na verificação da funcionalidade do objeto, efetuada pelo corpo profissional da Engenharia Clínica. E com base nisso, não há histórico de falhas na avaliação dos serviços prestados pelo corpo fiscal desta Instituição. Se descumpridas as cláusulas contratuais que envolvem uma prestação de serviço ou uma aquisição, sanções administrativas previstas são devidamente aplicadas.

7.3 Nesta metodologia para a avaliação da presteza e da qualidade da prestação, serão considerados o tempo de atendimento às manutenções programadas, a qualidade técnica da prestação, os documentos emitidos pela própria Contratada, bem como o aceite da prestação emitido pelo técnico da Engenharia Clínica IFF ou pelo responsável do Setor que acompanhou e/ou recebeu o serviço.

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.4.1. não produziu os resultados acordados,

7.4.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 05 (cinco) dias após a conclusão da prestação. .

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

7.33.1 A adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de reajuste contratual justifica-se por se tratar do índice oficial de inflação do País, amplamente utilizado pela Administração Pública para a recomposição do poder de compra da moeda, refletindo de forma adequada a variação geral dos custos de bens e serviços ao longo do tempo. Sua aplicação assegura o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em conformidade com os princípios da razoabilidade, da segurança jurídica e da manutenção das condições efetivas da proposta, nos termos da legislação vigente. 7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em dezembro de 2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.42. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier(em) a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,7%** (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias..

8.2.4.2. Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **25%** (vinte e cinco por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15%** (quinze por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **3%** (três por cento) a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2%** (dois por cento) a **4%** (quatro por cento) do valor da contratação

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 A contratação será realizada por Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 29 da Lei nº 14.133/2021

9.1.1 Por questão de confiabilidade e segurança para Bisturi Eletrônico, integrante do Grau de Risco 3 (Alto) conforme classificação ANVISA, esta Instituição exige que o serviço dessa complexidade e relevância seja realizado por Empresa **autorizada** pelo fabricante para que assim se assegure que a mesma possua profissionais devidamente qualificados para a prestação, além do pleno acesso à peças e componentes originais. Essa condição se faz imprescindível tendo-se em vista que o fabricante não confere Carta de

Exclusividade para empresas devotadas a este tipo de prestação de serviço, tal como se detalha no Capítulo 3 deste documento. Assim, a exigência de autorização para prestação visa atender aos requisitos implementados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em especial no que se refere o Capítulo 8 da RDC 665/2022.

9.1.2 Desta forma, a modalidade de contratação será através de Pregão Eletrônico, na forma do Decreto nº 10.024/2019 e da Lei 14.133 de 2021 porém, motivado pelas necessidades descritas no item acima, o Pregão Eletrônico deverá ocorrer dentre as empresas que estejam autorizadas pelo fabricante COVIDIEN MEDTRONIC para a prestação de serviço objeto desta contratação.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada global pois através do mesmo é possível definir com precisão os serviços a serem prestados. Além do que, a opção por tal regime é devido ao incentivo do cumprimento de prazos pois a Contratada só recebe quando, ao final do período, confirmar-se a prestação conforme as determinações desta Instituição e estabelecidas neste documento.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. *Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI*: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. *Sociedade empresária estrangeira*: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6. *Sociedade simples*: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. *Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária*: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.9. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas* ;

9.10. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional*, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)*;

9.12. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho*, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.20. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10%** (dez por cento) do **valor total estimado da contratação**.

9.21. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.25.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.26.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.26.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.26.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.28. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.29. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.29.1 Para a função de coordenação dos serviços prestados, profissional que apresente no mínimo o nível técnico em Elétrica ou Eletrônica, com experiência comprovada na execução de serviços de manutenção em equipamentos similares ao descrito como objeto desta contratação.

9.29.2 O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.30 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação possui caráter **sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- DFD = 317/2025
- Gestão/unidade: Instituto Fernandes Figueira / Fiocruz
- Programa: 8305
- Ação: Departamento de Assistência.

- Setor: Instrumentos, Equipamentos e Suprimentos Médicos e Cirúrgicos.
- Classe: Serviços de Manutenção e Reparos de Produtos Fabricados em Metal, Maquinaria e Equipamentos. Grupo:
- Objetivos:
 - 0045 - Atenção Integral à Saúde da Mulher.
 - 0046 - Atenção Integral à Saúde de Gestantes e Recém-Nascidos
 - 0047 - Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes com Patologias de Alta Complexidade.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2026.

Dinah Romano Bernardes

SIAPE = 1718947

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo]**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias. ~~XXXXXX~~.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.39. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.41. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, RJ, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, a Empresa BIOMED EQUIPAMENTOS DE BIOMEDIDAS, CNPJ / MF nº 33.987.595 /0001-70 declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a contratação via *Dispensa Eletrônica (inexibibilidade)* nº..... /20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro - RJ, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: .

DINAH ROMANO BERNARDES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/02/2026 às 15:18:50.

MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ

Estudo Técnico Preliminar 114/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25384.001190/2025-11

2. Descrição do Objeto

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a análise e a viabilidade técnica e econômica visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, teste de segurança elétrica e calibração, sob regime renovável e continuado e contemplando mão de obra não exclusiva, destinado a **10 (dez) bisturis** de fabricação Covidien Medtronic. Inclui-se na contratação a substituição de peças e componentes conforme a necessidade que se apresente durante a prestação, e tudo o mais que se faça necessário para que se assegure o pleno funcionamento desses equipamentos.

3. Detalhamento do Objeto

3.1 O objeto da contratação, prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva, teste de segurança elétrica e calibração para os instrumentos fabricação COVIDIEN MEDITRONIC descritos na tabela abaixo:

3.2 Tabela Descritiva do objeto desta contratação

Item	Cad.	Equipamento	Marca	Modelo	Nº Série	Patrimônio	Setor
1	01980	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83553DX	42655019	C.C. Pediátrico
2	01981	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83559DX	42655020	C.C. Pediátrico
3	01982	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83601DX	42655021	C.C. Pediátrico
4	01983	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83638DX	42655022	C.C. Pediátrico
5	01864	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T2J57815DX	42654037	C.C. Ginecológico
6	01865	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T2J57817DX	42654038	C.C. Ginecológico
7	01984	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83638DX	42655023	C.C. Ginecológico
8	01977	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83535DX	42655016	C.C. Obstétrico
9	01978	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83534DX	42655017	C.C. Obstétrico
10	01979	Bisturi Eletrônico	Covidien Medtronic	Valleylab FT 10	T4J83635DX	42655018	C.C. Obstétrico

Resumo descritivo da Prestação que Compõe o Objeto:

3.4 Os serviços prestados são categorizados seguindo os seguintes conceitos:

- Manutenção corretiva – A manutenção corretiva implicará na prestação de serviços de pesquisa e identificação de defeitos ou de panes nos equipamentos, reparo desses defeitos, reportando aos

servidores responsáveis pela gestão e fiscalização técnica a solução com o eventual fornecimento de peças, mão de obra para substituição das peças e demais atividades eventuais. A corretiva deverá ser executada sempre que solicitada.

- Manutenção preventiva – A manutenção preventiva será executada com inspeções em cada equipamento, incluindo-se a substituição dos itens previstos em contrato, regulagens, aferições, lubrificações e limpezas, de acordo com as recomendações do fabricante.
- Teste de segurança elétrica é um procedimento essencial na área de eletricidade para garantir que os equipamentos e instalações elétricas estejam em conformidade com as normas de segurança. Ele é importante para prevenir acidentes graves, como choques, curto-circuitos e incêndios, protegendo a vida das pessoas e os bens.
- Calibração – Consiste na análise de desempenho dos equipamentos através da monitoração dos parâmetros de aplicação aos pacientes, utilizando equipamentos padrões rastreáveis à RBC (rede brasileira de calibração) e INMETRO, gerando um certificado de comprovação da conformidade do equipamento. Além de todos os benefícios para os pacientes e usuários que farão uso de um equipamento com parâmetros e desempenhos conhecidos, o atendimento às normas nacionais vigentes, a importância da calibração dos equipamentos e instrumentos médicos também representa uma proteção jurídica em casos de incidentes envolvendo equipamentos, pois originam o princípio da previsibilidade.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Engenharia Clínica	Dinah Romano Bernardes

5. Descrição da necessidade

5.1 O objeto da contratação é a prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva, teste de segurança elétrica e calibração para um total de **10 (dez)** instrumentos bisturis cirúrgicos de fabricação Covidien Meditronic, descritos na tabela 3.2 deste documento.

5.2 Necessita-se alta confiabilidade no funcionamento desses equipamentos, assim como nos parâmetros por eles fornecidos, campos os quais são analisados e ajustados pela equipe de profissionais da saúde. O funcionamento incorreto de um bisturi é um fator de alto risco que pode induzir a erros nos procedimentos médicos, com consequências graves.

5.3 Desta forma, a contratação visa prover o IFF de infraestrutura necessária à consecução de sua missão institucional no que se refere à assistência no âmbito da saúde da mulher, da criança e do adolescente assegurando-se a eficiência necessária na prevenção de defeitos e/ou na recuperação de funcionamento de equipamentos relevantes para procedimentos envolvidos na preservação à vidas.

5.4 Através da contratação terceirizada destes serviços será possível, com a aplicação da técnica adequada, atender à demanda de manutenção relacionada a estes equipamentos especificados. Ademais, a contratação dos serviços descritos será a única maneira de executá-los, já que a equipe de técnicos do Serviço de Engenharia Clínica do IFF não possui o treinamento e o ferramental especializados para tal.

5.5 Para assegurar a confiabilidade e a segurança na realização da prestação de serviço, será exigido que a Empresa seja **autorizada** pelo fabricante Medtronic Covidien, e que tenha pleno acesso à peças e componentes originais dos bisturis. Essa exigência se faz devido ao fator de Grau de Risco Nível 3 (Alto), conforme critérios da ANVISA (RDC 685), e ao fato do fabricante Medtronic Covidien não conceder Carta de Exclusividade à nenhuma prestadora de serviços no País.

5.6 A contratação será realizada por equipe não residente, sendo que as necessidades de atendimento deverão ser cumpridas pela Contratada dentro das condições estipuladas pela Contratante.

5.7 A contratação se dará sob a forma de Pregão Eletrônico, devendo a Contratada atender à condição de documento de autorização de prestação de serviços concedida pelo Fabricante,

5.8 O adjudicatário deverá apresentar de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito do contrato.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos gerais:

6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários ao bom cumprimento da prestação, além de manter estoque das peças e componentes para que a substituição, quando necessária, se proceda no menor tempo possível.

6.2 Para a execução das manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações programadas e para a execução do atendimento às chamadas para manutenção corretiva, o(s) funcionário(s) da CONTRATADA deve(m) apresentar-se antes do início da intervenção e devidamente identificado(s) ao serviço de Engenharia Clínica do IFF ou, na indisponibilidade deste, ao responsável do setor onde se encontra(m) o(s) equipamento(s). Não serão aceitas prestações executadas sem o conhecimento da Engenharia Clínica.

6.3 Qualquer procedimento envolvido no objeto desta contratação deve ser executado com o instrumento totalmente liberado pelos profissionais que fazem uso do mesmo.

6.4 Quando houver a necessidade de descarte de partes de equipamento que possam estar potencialmente contaminados, indicar como lixo hospitalar potencialmente infectado.

6.5 A cada visita técnica para execução da prestação de serviços objeto desta Contratação, a Contratada fornecerá à Engenharia Clínica do IFF um relatório e/ou documento tal como Ordem de Serviço Manutenção Corretiva, checklist das Manutenções Preventivas, certificados / relatórios das calibrações e do teste de segurança elétrica. Nestes documentos constará, obrigatoriamente, a data de execução e as informações técnicas pertinentes ao serviço prestado, a identificação do(s) técnico(s) executor(es) da prestação e do técnico da Engenharia Clínica que tiver acompanhado a prestação (se a mesma tiver sido executada no âmbito do IFF), os dados de identificação do equipamento (número de série, TAG, número de patrimônio e localização) e as condições operacionais ao final da intervenção. O documento deverá ser necessariamente assinado pelo executor do serviço e pelo técnico da Engenharia Clínica, e necessariamente uma cópia do mesmo deverá ser entregue para o Departamento de Engenharia Clínica, como confirmação e registro do histórico da prestação efetivada.

6.6 Em caso de impossibilidade de execução de qualquer solicitação emitida pelo IFF para manutenção corretiva ou cumprimento da programação para as demais prestações no prazo previamente acordado dentre Contratante e Contratada, a CONTRATADA comunicará formalmente via correio eletrônico a justificativa para o fato, dirigindo-se à Engenharia Clínica nos respectivos prazos determinados pelo documento Termo de Referência. Esta justificativa poderá, ou não, ser aceita pelo Setor de Engenharia Clínica do IFF.

6.6.1 Caso justificativa aceita pela Engenharia Clínica, será definido junto a Contratada um novo prazo para execução dos serviços.

6.6.2 Caso argumentação da Contratante seja julgada não aceitável, obriga-se a mesma à efetiva prestação dos serviços nas mesmas condições impostas pelo Setor Responsável e/ou pelo Setor de Engenharia Clínica do IFF.

6.6.3 No caso de se manter descumprimento dos prazos, a Contratante descontará do total faturado mensalmente pela Contratada o valor proporcional aos dias em que ocorreu atraso relativo ao equipamento afetado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.7 Na eventualidade de algum dos equipamentos cobertos pelo contrato entrar em processo de alienação, o IFF deverá descontar do total faturado mensalmente pela CONTRATADA o valor referente à prestação do equipamento em questão.

6.11 As prestações deverão ser executadas preferencialmente no ambiente do Setor de Engenharia Clínica do IFF.

6.11.1 A retirada de instrumento(s) para fins de prestação externa terá que ser autorizada pela Engenharia Clínica e pela Administração do IFF.

6.11.2 Na ocasião da devolução deste(s), o IFF deverá ser comunicado previamente à data determinada para a entrega, considerando-se a entrega sempre realizada em dia útil e dentre o horário 07h00 às 16h00, para que se proceda a autorização da entrada e para o atesto do recebimento.

6.11.3 A Contratada será responsável pela plena preservação do(s) bisturi(s) em questão, o(s) qual(is) deverá(ão) estar devidamente embalado(s) e acondicionado(s) de forma segura para o transporte.

6.11.4 Em caso de avaria ou perda de qualquer equipamento contemplado nesta contratação e retirado para prestação pela Contratada, a mesma se responsabilizará pelo fornecimento de um equipamento idêntico àquele retirado, sem quaisquer ônus para a Contratante. O prazo para o fornecimento deste novo equipamento será aquele determinado no documento Termo de Referência, salvo motivação formalizada e posteriormente aceita pela Contratante.

6.12 Toda e qualquer despesa (transporte, seguro, etc.) relativa à remoção de bisturi(s) será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.13 A Contratada se obriga a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços envolvidos na prestação contratada que sejam rejeitados pela fiscalização do IFF, em função de defeitos e/ou incorreções, resultantes da sua execução e/ou dos materiais empregados.

Local e horário da Prestação:

6.14 Os serviços serão prestados no endereço abaixo:

- **Instituto Fernandes Figueira**
- Av. Rui Barbosa, 716 / Flamengo
- Rio de Janeiro – RJ / CEP = 22.250-020

6.15 Os serviços objeto desta contratação deverão ser realizados no período comercial das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados locais e nacionais, podendo, se necessário e desde que autorizado pela Contratante, iniciar-se mais cedo ou se prolongar para além do horário mencionado.

7. Descrição Geral da Prestação

Condições Gerais

7.1 As prestações deverão ser realizadas de acordo com manual técnico do equipamento o qual contempla as recomendações do fabricante. Deverão também serem obedecidas as Normas Técnicas pertinentes e Portaria (s) do Ministério da Saúde vigente(s).

7.2 A aferição dos serviços prestados será efetuada pela verificação dos documentos relativos aos mesmos, pela qualidade da execução técnica, e pela avaliação do técnico que tiver acompanhado a prestação.

7.3 Qualquer instrumento utilizado para os procedimentos aplicado nos equipamentos deverá estar calibrado com padrões rastreáveis.

7.4 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, instrumentos e ferramentas necessários ao bom cumprimento da prestação, além de manter estoque das peças e componentes dos bisturis elétricos objeto desta contratação, promovendo sua substituição quando necessário e no menor prazo possível.

Manutenção corretiva:

7.6 A CONTRATADA deverá fornecer no mínimo 01 (um) número de telefone fixo, 01 número de telefone celular e 01 (um) endereço de email para solicitação de serviços. Caso o IFF não consiga contatar a Contratada após 03 (três) tentativas via chamadas telefônicas, será elaborado um documento por email e o tempo de solicitação passará a contar a partir da divulgação do mesmo à Contratada.

7.7 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de quaisquer peças e/ou componentes necessários à recuperação da funcionalidade do instrumento afetado, sem repasse de custos ao IFF.

7.8 As manutenções corretivas serão realizadas sempre que for emitida uma solicitação pelo serviço de Engenharia Clínica ou do Setor Responsável pelo equipamento, não existindo limite no número de solicitações.

7.9 Os prazos relativos à prestação de manutenção corretiva são aqueles definidos no documento Termo de Referência desta contratação.

7.10 Caso os prazos previstos não sejam cumpridos, a mesma poderá descontar do total faturado mensalmente pela Contratada, o valor proporcional aos dias nos quais o instrumento permaneceu inoperante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, exceto se o atraso for causado por fato que comprovadamente independa da intervenção da Contratada, ou se a Contratada fornecer um equipamento equivalente que possibilite a continuidade das atividades do setor afetado no IFF.

7.10.1 A equivalência do equipamento cedido para cobertura deverá ser aprovada pelo responsável do Setor ao qual pertence o original.

7.11 Caso seja necessário, motivadamente, um prazo maior para a execução do(s) serviço(s), tais como importação que dependa de trâmites próprios, a Contratada deverá comunicar formalmente tal fato à Engenharia Clínica do IFF a qual, se aceitar a argumentação, definirá junto à Contratada um novo prazo para os serviços ou a condição de entrega por parte da Contratada de um instrumento provisório, plenamente operante, em substituição.

Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica

7.12 As manutenções preventivas, calibrações e Teste de Segurança Elétrica (TSE) serão realizadas para cada equipamento objeto desta contratação, conforme frequência e recomendações do fabricante, e devem ser executadas no prazo de 20 dias úteis após início da vigência ou na renovação do contrato.

7.13 As prestações descritas deverão estar agendadas em um Cronograma que aborde a programação para os próximos 12 (doze) meses da contratação e considerando-se cada um dos equipamentos objeto desta contratação. programe a entre a Contratada e o Serviço de Engenharia Clínica do IFF, através do telefone (21) 2554.1797, (21) 2554.1753, (21) 2554.1940 ou pelo email engeclinica@iff.fiocruz

7.14 Não obstante a aprovação do prévio agendamento estabelecido, caso o(s) bisturi(s) esteja(m) em uso na data prevista para o cumprimento da prestação programada, a Contratada está obrigada a realizar novo agendamento para execução dessas prestações, em comum acordo com o serviço de Engenharia Clínica.

7.15 Caso as prestações não sejam cumpridas por culpa da Contratada, a Contratante poderá descontar o valor proporcional referente a este(s) instrumentos, além das sanções cabíveis ao fato.

7.16 A calibração e teste de segurança elétrica deverá ser realizada conjuntamente à manutenção preventiva.

7.17 No caso de manutenção corretiva exercida, a execução da calibração e do teste de segurança elétrica será executada anualmente OU, conforme análise sob responsabilidade exclusiva da Contratada de acordo com o

grau de afetação do equipamento, quando houver ocorrência de manutenção corretiva em quaisquer dos equipamentos contemplados neste documento, assegurando-se assim que o mesmo opere dentro das características operacionais especificadas pelo fabricante, apresentando-se perfeitamente apto para uso.

Fornecimento de Peças

7.18 Todas as peças e/ou componentes a serem substituídos pela CONTRATADA deverão ser originais, ou compatíveis com os originais, a qual deverá ser previa e obrigatoriamente informada pela CONTRATANTE da intenção de se empregar peças e/ou componentes similares - isto é, peças e/ou componentes que possam vir a substituir os originais sem nenhuma restrição funcional, seja ela de natureza elétrica, mecânica, etc.

7.18.1. Neste caso, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA documento de atesto da compatibilidade, originário do fabricante do equipamento, tal que este autorize a utilização de peças e/ou componentes não originais porém de tecnologia perfeitamente compatível.

7.19. Será critério de julgamento da CONTRATANTE eventual motivação apresentada para o atraso do fornecimento de peças e/ou componentes pela CONTRATADA, comprovando fato nos quais o atraso tenha por causa fator que independa da mesma.

7.20. Não será considerado atraso, sob julgamento da CONTRATANTE, se durante o período do atraso, a CONTRATADA forneça um bisturi equivalente que possibilite a continuidade das atividades do Hospital, sem quaisquer prejuízos de desempenho.

7.21 Não está incluso na cobertura de peças e/ou componentes danos ou defeitos causados por mau uso, incêndio, e /ou não atendimento aos requisitos mínimos para utilização conforme manual de operação do instrumento. Nesta situação, a Contratada deverá elaborar um relatório formal e detalhado, informado à Contratante as devidas providências necessárias..

8. Levantamento de Mercado

8.1 A contratação visa instrumentos pertencentes ao patrimônio desta Instituição, para que apresentem desempenho eficiente e assegurado - fato que ocorre se, e somente se, sofrer procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, teste de segurança elétrica e calibração por empresa tecnicamente reconhecida pelo fabricante.

8.2 Esta pesquisa preliminar de mercado limitou-se à consulta ao representante nacional autorizado pelo fabricante, conforme documentação apostado à este processo de contratação.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 O objeto desta contratação contempla **10 (dez)** bisturis elétricos fabricação Covidien Medtronic utilizados , descritos no subitem 3.2 deste documento.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

10.1 A estimativa de preço que se refere ao objeto deste Termo de Referência é o valor máximo que o IFF se propõe a pagar para os serviços a serem contratados, incluso substituição de peças, porém o valor estimado é considerado sigiloso, e será divulgado imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2 A tabela abaixo demonstra a estimativa de custo da prestação:

Item	Cad.	Equipam.	Modelo	Nº Série	Patrimônio	Setor	Valor Unitário da Prestação
1	01864	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T2J57815DX	42654037	C.C. Ginecológico	Sigiloso
2	01865	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T2J57817DX	42654038	C.C. Ginecológico	Sigiloso
3	01977	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83535DX	42655016	C.C. Obstétrico	Sigiloso
4	01978	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83534DX	42655017	C.C. Obstétrico	Sigiloso
5	01979	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83635DX	42655018	C.C. Obstétrico	Sigiloso
6	01980	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83553DX	42655019	C.C. Pediátrico	Sigiloso
7	01981	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83559DX	42655020	C.C. Pediátrico	Sigiloso
8	01982	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83601DX	42655021	C.C. Pediátrico	Sigiloso
9	01983	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83638DX	42655022	C.C. Pediátrico	Sigiloso
10	01984	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT 10	T4J83638DX	42655023	C.C. Ginecológico	Sigiloso

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Trata-se do lote pré-existente de instrumentos composto por **10 unidades**, sendo os mesmos de uso continuado nesta Instituição. Não se enquadra a hipótese de parcelamento do objeto desta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme detalhamento a seguir:

DFD = 317 / 2025

Programa: 1201 - Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Ação: 8305

Setor: Departamento de Assistência.

Classe: Instrumentos, Equipamentos e Suprimentos Médicos e Cirúrgicos.

Grupo: Serviços de Manutenção e Reparos de Produtos Fabricados em Metal, Maquinaria e Equipamentos.

Objetivos:

0045 - Atenção Integral à Saúde da Mulher.

0046 - Atenção Integral à Saúde de Gestantes e Recém-Nascidos

0047 - Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes com Patologias de Alta Complexidade.

12.4 O objeto da contratação encontra-se sob alinhamento junto ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Oswaldo Cruz (ano de publicação: 2021).

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Não se aplica ao objeto da contratação a opção de contratações correlatas ou interdependentes.

14. Descrição da solução como um todo

14.1 Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas de proposta nos termos da lei, o que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, conforme previsão contida no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

14.6 O serviço é enquadrado como continuado tendo-se em vista que sua utilização é contínua e renovável, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando-se a dificuldade de realização de diversos processos para contratação sempre que demandado tal serviço, além do risco envolvido no suporte à vida caso tais equipamentos não tenham seus processos de manutenção e de calibração mantidos em continuidade.

14.7 A opção da contratação será por mão de obra sem dedicação exclusiva, o que reduzirá custos administrativos para gestão, fiscalização e aquisição de peças, além da Instituição não dispor de espaço físico para alocação de nova(s) equipe(s) de trabalho, e nem para estocagem de peças reservas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Em benefício da sustentabilidade, a execução da prestação a ser contratada proverá:

15.1.1 A redução do consumo de energia posto que instrumentos eletrônicos em más condições de funcionamento podem consumir mais energia do que o necessário;

15.1.2 O aumento da vida útil dos instrumentos, reduzindo a necessidade de descarte;

15.1.3 A economia de recursos naturais com a redução das perdas de matérias primas dos instrumentos e/ou de seus componentes causada pela sequencia de agravamentos nos mecanismos devido à falta de manutenção..

15.2 Investir em um programa abrangente de manutenção, certificação, teste de segurança elétrica é fundamental para garantir a continuidade das operações. garantir a segurança dos procedimentos incisivos e para minimizar o impacto negativo no meio ambiente gerado por instrumentos ou por equipamentos disfuncionantes através dos seguintes efeitos

15.2.1 O aumento da vida útil dos equipamentos contribui com a prática sustentável ao se reduzir o nível de descarte de peças e componentes envolvidos, ou do próprio instrumento em si.

15.2.2 Redução do consumo excessivo de energia pois instrumentos em más condições de funcionamento podem consumir mais energia do que o necessário.

15.2.3 Prevenção de falhas nos procedimentos de incisão, o que poderia gerar danos especialmente ao paciente o que se implicaria em volume de materiais consumidos para tratamento das consequências geradas.

15.2.4 A economia de recursos naturais com a redução das perdas de matérias primas dos equipamentos e/ou de seus componentes, causado pela sequencia de agravamentos nos mecanismos devido à falta de manutenção.

15.3 Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

15.4 Durante a prestação de serviços, priorizar a adoção de produtos reciclados e recicláveis, no que couber, e considerar os critérios compatíveis com os padrões de consumo sustentáveis, conforme a Lei 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15.4.1 A Contratada deverá realizar a pré-separação dos resíduos recicláveis descartados durante a execução dos serviços no IFF, devendo responsabilizar-se pelo correto acondicionamento das embalagens, volumes ou qualquer material residual gerado quando na entrega de peças / componentes ou quando na execução do serviço.

15.4.2 Deverá a Contratada atentar-se ao propósito da máxima redução de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15.4.3 Os materiais fornecidos pela Contratada devem estar acondicionados em embalagens individuais adequadas e com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis e que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, para evitar danos e descartes necessários de materiais.

14.5 Para a limpeza e conservação de superfícies dos equipamentos envolvidos no escopo desta contratação, a Contratada deverá utilizar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

15.6 Deverá a Contratada prover a maior eficiência possível na utilização de recursos naturais, tais como água e energia, mantendo critérios privilegiados para a aquisição de produtos e equipamentos de trabalho que apresentem eficiência energética. .

15.7 Para os equipamentos utilizados na prestação de serviços que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade do Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (dB), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07/12/1994, devido ao fato do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição, gerando-se ainda outros transtornos de gravidade em um ambiente hospitalar. Desta forma, a Contratada deve comprometer-se com o uso de tecnologias adequadas e conhecidas, no objetivo de reduzir-se ao máximo os níveis de ruído gerados durante a prestação.

15.8 O objeto da contratação encontra-se sob alinhamento junto ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Oswaldo Cruz (ano de publicação: 2021).

15.9 A constatação da correta aplicação dos requisitos de sustentabilidade será efetuada pelo Técnico da Engenharia Clínica que acompanhará a execução da prestação, quando esta ocorrer nas dependências desta Instituição.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16. Os benefícios mais significativos a serem alcançados com a Contratação são os seguintes:

16.1 *Redução do risco sobre a vida de pacientes* devido à avaria ou falha em instrumentos relevantes para a procedimento que visam a manutenção de vidas.

16.2 *Conforto e segurança* para os profissionais da saúde e da manutenção que manuseiam os equipamentos

16.3 *Preservação dos instrumentos* objeto desta contratação, que integram o patrimônio material do IFF.

16.4 *Garantia de Qualidade e Segurança*: equipamentos periodicamente mantidos, testados e calibrados passaram por rigorosos testes de qualidade, garantindo que estão livres de falhas e desconformidades que poderiam colocar em risco a saúde dos pacientes.

16.5 *Conformidade com as Normas de Saúde*: dispositivos submetidos à programas preventivos e d certificações e cumprem as exigências legais e regulamentares, o que protege a instituição de possíveis processos judiciais e penalizações.

16.6 *Maior Durabilidade e Eficiência*: programas de manutenções preventivas e de certificações prolongam a vida útil do equipamento e a sua eficácia, garantindo que ele funcione corretamente por mais tempo, reduzindo custos de manutenção corretiva e substituição de peças.

16.7 *Confiança no Atendimento*: equipamentos mantidos e certificados transmitem maior confiança tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes, melhorando a reputação da Instituição e a experiência do atendimento.

17. Providências a serem Adotadas

A) OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. São obrigações do Contratante:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

17.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

17.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

17.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

17.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.

17.1.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

17.1.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

17.1.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

17.1.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

B) OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.3. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no documento Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.3.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.3.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.3.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.3.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

17.3.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

17.3.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

17.3.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

17.3.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

17.3.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

17.3.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

17.3.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

17.3.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

17.3.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.3.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

17.3.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.3.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.3.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

17.3.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

17.3.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

17.3.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

17.3.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

17.3.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

17.3.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

17.3.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

17.3.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

17.3.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

17.3.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

17.3.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

17.3.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

17.3.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

17.3.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

17.3.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

17.3.32.. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

17.3.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

17.3.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

17.3.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

c) OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.4 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais e que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.5 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.6 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.7 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

17.8 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.9 É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.10 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.11 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art.37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. Sanções Administrativas

18.1 As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras estabelecidas são as previstas no documento Termo de Referência desta contratação.

Do procedimento de apuração de responsabilidade:

18.3 A aplicação das sanções administrativas deverá ser realizada mediante processo administrativo apropriado para a apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas.

18.4 Cabe ao Gestor e/ou à Fiscalização do contrato propor a abertura do processo administrativo de apuração de responsabilidade, procedendo à devida instrução processual para fins de comprovação da conduta infracional do particular / contratado.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: .

DINAH ROMANO BERNARDES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/02/2026 às 15:23:46.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Esta contratação de serviços foi julgada como VIÁVEL posto que se enquadra nas regras da legislação, em especial a Lei 14.133, de 2021. Além disso, faz-se extremamente necessária dentro de seu propósito de base: prestação de serviços devotada à 10 (dez) bisturis eletrônicos, equipamentos classificados como Grau de Risco 3 (Risco Alto) na classificação ANVISA.

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25384.001190/2025-11

MINUTA DE
CONTRATO
ADMINISTRATIVO
Nº XX/2026,
QUE FAZEM
ENTRE A
FUNDAÇÃO
OSWALDO
CRUZ E A
EMPRESA
XXXXX.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 11.228/2022 - Estatuto da FIOCRUZ, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" do Decreto Lei nº 200/1967, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, através da Unidade Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, inscrito no CNPJ nº 33.781.055/0002-16, neste ato representada por seu Diretor Dr. ANTÔNIO FLÁVIO VITARELLI MEIRELLES, matrícula SIAPE nº 1210552, encontrado na Av. Rui Barbosa nº 716, nesta cidade, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 666/2023-PR da Presidência da FIOCRUZ (documento SEI/Fiocruz nº XXXX) e nomeado pela Portaria nº 1.624/MS de 15/07/2021 e publicada no D.O.U., Seção 2 de 16/07/2021 (documento SEI/Fiocruz nº XXXXXX), doravante denominada **FIOCRUZ** ou **CONTRATANTE** e a XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXXX-XX, sediada na XXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sócio, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social acostado em documento SEI/Fiocruz nº XXXXX tendo em vista o que consta no Processo nº 25384.001190/2025-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. XXX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Contratação de empresa especializada e autorizada para execução de prestações de manutenção preventiva, teste de segurança elétrica, calibração e manutenção corretiva em 10 (dez) bisturis eletrônicos de fabricação COVIDIEN MEDTRONIC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e descritas abaixo:

1.1.1 Serviço:

Total dos Instrumentos Objeto da Contratação	Descrição da Prestação	Unid de Medida	Qtde	CATSER
10	Serviço de Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva e Calibração.	Mês	12 meses	16055

1.1.2 Detalhamento das características dos instrumentos, incluso os preços por prestação:

Item	CAD	Instrumento	Modelo	Nº Série	Patrimônio	Localização	Valor Unitário da Prestação
01	01980	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J83553DX	42655019	C.C. Pediátrico	XXXX

02	01981	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J83559DX	42655020	C.C.Pediátrico	XXXX
03	01982	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4JB3601DX	42655021	C.C.Pediátrico	XXXX
04	01983	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J8368DX	42655022	C.C. Pediátrico	XXXX
05	01864	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T2J57815DX	42654037	C.C. Ginecológico	XXXX
06	01865	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T2J57817DX	42654038	C.C. Ginecológico	XXXX
07	01984	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J83638DX	42655023	C.C. Ginecológico	XXXX
08	01977	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J83535DX	42655016	C.C. Obstétrico	XXXX
09	01978	Bisturi Eletrônico	Valleylab FT10	T4J83534DX	42655017	C.C. Obstétrico	XXXX
VALOR MENSAL							R\$ XXXX,XX
VALOR TOTAL							R\$ XXXX,XX

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 Ao Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado; e
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

2.7 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 o valor pelo serviço é de R\$ XXXXX,XX

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação para qualificação na contratação direta;

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 9.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira encontrado na Av. Rui Barbosa nº 716 - Flamengo, Rio de Janeiro- RJ CEP: 22250-020.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do

cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1].

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A3]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução. conforme subitem 4.4.1 do termo de referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E PEÇAS

12.1 Os serviços realizados e peças substituídas terão garantia de 90 (noventa) dias a contar da data do faturamento. Conforme subitem 5.15 do termo de referência

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10 O CONTRATANTE poderá ainda:

14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 25201/254447

II) Fonte de recursos: X.XXX.XXX.XXX

III) Programa de trabalho: XXXXX

IV) Elemento de despesa: XXXXX

V) Plano interno: XXXX

VI) Nota de empenho: XXXXNE00XXXX (documento SEI/Fiocruz nº XXXXXXXX)

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– REGULARIDADE DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN, CEIS, CNEP e CNJ de XX/XX/XXXX, acostados em documento SEI/Fiocruz nº XXXXXXX do processo nº 25384.001190/2025-11.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA– FORO (art. 92, §1º)

20.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foro da Subseção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXX de 2026

PELA CONTRATANTE:

DR. ANTÔNIO FLÁVIO VITARELLI MEIRELLES

Diretor

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF / FIOCRUZ

PELA CONTRATADA

NOME COMPLETO

XXXX

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1 – NOME

CPF: XXX.***.***-XX

2 – NOME

CPF: XXX.***.***-XX



Documento assinado eletronicamente por **Rachel Santos Silva, Assistente Técnico de Gestão em Saúde**, em 03/02/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5869777** e o código CRC **DD1EF7C1**.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF
INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

ANEXO III

Modelo de Proposta Pró-forma

PROCESSO nº 25384.001190/2025-11		PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90002/2026-IFF	
Data da Licitação: 25/02/2026		Hora da Licitação: 09:30 h	
Proponente:			
Endereço Completo:			
Tel:		E-mail:	
CNPJ:		Inscrição estadual:	
Banco:	Agência:	Conta Bancária:	

Descrição do Material	Unidade	Quantidade	VI.Unit.	VI.Total

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

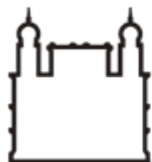
Em caso de omissão, será considerado o prazo estabelecido neste Edital.

Rio de Janeiro, de de 2026.

Representante Legal

RG nº

CPF nº



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.